

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
..... DO FORO**

..... (nome completo), (nacionalidade), menor
(im)púbere, devidamente representado(a) por sua genitora Sra.
(nome completo), (nacionalidade), (estado civil),
..... (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº
....., inscrito (a) no CPF/MF sob nº, ambos(as) residentes e
domiciliados(as) à (endereço completo: rua [av.] ,
nº , complemento , bairro , cidade
. , CEP , UF), por seu advogado e bastante procurador
que esta subscreve, constituído na forma do incluso Instrumento Público de
Procuração (doc.), vem, respeitosamente, à honrosa presença de Vossa
Excelência, propor a presente

AÇÃO DE ALIMENTOS

e que deverá seguir o **RITO ESPECIAL**, conforme Lei nº 5.478/1968, em face
de (nome completo), (nacionalidade),
(estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade RG nº
....., inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado à
..... (endereço completo: rua [av.] , nº ,
complemento , bairro , cidade ,

CEP, UF . . .), pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

PRELIMINARMENTE

Requer o Autor lhe sejam deferidos os benefícios da justiça gratuita, com fulcro no disposto ao inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal e na Lei nº 1.060/50, em virtude de ser pessoa pobre na acepção jurídica da palavra e sem condições de arcar com os encargos decorrentes do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração e demonstrativo de rendimento mensal em anexo (docs.).

I – DOS FATOS E DO DIREITO

O Requerente é filho(a) legítimo(a) do Requerido, consoante se verifica na certidão de nascimento acostada (doc.).

Ocorre que o Requerido tem descuidado de seu dever de contribuir para o sustento do Requerente.

O dispêndio com a criação do Requerente não podem ser suportados única e exclusivamente por conta de sua representante legal. As necessidades do Requerente são muitas e notórias, englobando: alimentação, vestuário, moradia, assistência médica e odontológica, educação, dentre outras (documentos em anexo – docs.).

Em face da crise financeira que assola o País, a representante legal do Requerente experimenta situação financeira difícil. Trabalha em, com o salário de R\$ (valor por extenso) para conseguir dar o mínimo necessário à educação de seu filho.

Por outro lado, diferente é a situação financeira do Requerido, que ostenta sinais de riqueza, sendo possuidor de (detalhar bens do Requerido: veículo, conta corrente, imóveis, títulos de clubes).

Todavia, lamentavelmente, quando instado a contribuir para a manutenção do filho, alega o Requerido que não tem condições para isso e não irá contribuir. Situação que certamente não poderá perdurar.

II – DO PEDIDO

Por derradeiro, restando infrutíferas todas as tentativas para uma saída suasória, não restou à Requerente outra alternativa senão a propositura da presente ação de alimentos, para que seu genitor, ora Requerido, seja compelido a contribuir com o necessário para que a Requerente sobreviva com um mínimo de dignidade, e para tanto requer:

- a) a citação do Requerido, no endereço declinado no intróito desta, para comparecer em audiência a ser designada pelo Juízo, sob pena de confesso, quando, querendo, poderá contestar o feito, no prazo legal, sob pena de sujeitar-se aos efeitos da revelia;
- b) que seja deferido ao Requerente os benefícios da justiça gratuita por ser pobre na acepção jurídica da palavra, não podendo arcar com as despesas processuais sem privar-se do seu próprio sustento e de sua família;
- c) que sejam arbitrados os alimentos provisórios na proporção de (por extenso) salários mínimos vigentes, em face da situação de necessidade experimentada pelo Requerente, conforme demonstrado com os documentos acostados a esse feito e as possibilidades financeiras do Requerido;
- d) a intimação do ilustre representante do Ministério Público para intervir no feito *ad finem*;
- e) que, ao final, seja a **ação julgada procedente**, condenando-se o Requerido ao pagamento dos alimentos definitivos na proporção de (por extenso) salários mínimos vigentes, que deverão ser depositados em conta bancária da representante legal do Requerente, mediante determinação desse juízo;

f) requer ainda que seja o Requerido condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esse último segundo o prudente arbítrio de Vossa Excelência;

g) provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, além dos documentos que ora junta, notadamente pelo depoimento pessoal do Requerido, sob pena de confesso e também da oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente.

À presente demanda atribui-se o valor de R\$ (valor por extenso) para todos os efeitos legais.

Nestes termos,
Pede deferimento.

....., de de
(local e data)

.....
Advogado (nome)
OAB/....., nº